

Publicada no DJE n. 016, de 23/01/2020, p. 1 a 4.

#### **INSTRUÇÃO N. 046/2020-PR**

Revoga a Instrução n. 002/2009-PR Alterada pela Instrução n. 095/2022-TJRO Alterada pela Instrução n.102/2022-TJRO Revogada pela Instrução n. 135/2023-TJRO

Dispõe sobre as atribuições e os prazos para elaboração e consolidação das peças que comporão o processo de contas anual e gestão fiscal do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a obrigatoriedade dos responsáveis por gerir recursos públicos em prestar contas nos termos da Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO os artigos 54, 55, 59 da Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); (Acrescentado pela Instrução n. 102/2022-TJRO)

CONSIDERANDO os ditames da Instrução Normativa n. 13/TCER-2004, que dispõe sobre as informações e documentos que compõem a Prestação de Contas Anual:

CONSIDERANDO os princípios da Transparência e Accountability, disciplinados na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Estrutura Conceitual, para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público - NBC TSP Estrutura Conceitual;

CONSIDERANDO a Decisão Normativa n. 2/2019/TCE-RO, que definiu o conteúdo, o sentido e o alcance do prescrito no artigo 21, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/00 para o exercício das competências do TCE/RO e estabeleceu diretrizes para a fiscalização do cumprimento da vedação quanto ao aumento de despesa com pessoal; (Acrescentado pela Instrução n. 102/2022-TJRO)

CONSIDERANDO a Decisão Normativa n. 003/2019/TCE RO, que define o conteúdo, o sentido e o alcance do prescrito no art. 42 da Lei Complementar n. 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) para o exercício das competências do



TCE-RO e estabelece diretrizes para a fiscalização do cumprimento da referida norma; (Acrescentado pela Instrução n. 102/2022-TJRO)

CONSIDERANDO a Resolução n. 118/2019-PR, que dispõe sobre o Plano de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, para o período 2020/2027, e estabelece prazos para a Prestação de Contas do desempenho da estratégia;

CONSIDERANDO a Resolução n. 205/2021-PR, que Dispõe sobre o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), a Estratégia do Poder Judiciário do Estado de Rondônia (PJRO) 2021-2026 e dá outras providências; (Acrescentado pela Instrução n. 102/2022-TJRO)

CONSIDERANDO a reestruturação administrativa promovida pela Resolução n. 100/2019-PR e o Ato 1565/2019-PR;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n. 35/2012/TCE-RO, que dispõe sobre a remessa, por meio informatizado de dados e informações relativas às operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais da Administração Direta e Indireta do Estado de Rondônia:

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n. 72/2020/TCE-RO, que dispõe sobre Dispõe sobre a remessa eletrônica mensal ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia de informações e documentos por parte das Administrações Públicas Municipais e Estaduais do Estado de Rondônia, e dá outras providências; (Acrescentado pela Instrução n. 102/2022 TJRO)

CONSIDERANDO a necessidade de adequar os procedimentos internos à nova sistemática de encaminhamento dos relatórios e documentos que comporão o Processo de Contas Anual, por meio do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública, doravante denominado SIGAP — Módulo Contábil ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

CONSIDERANDO o Processo SEI n. 0020236-79.2019.8.22.8000,

#### **INSTRUI:**

Art. 1º As atribuições e os prazos para a elaboração e consolidação das peças que comporão o Processo de Prestação de Contas Anual e Gestão Fiscal, e demais controles do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, deverão ser executados pelas unidades administrativas conforme disposto nesta Instrução e nos Anexos I e II.



Art. 1º As atribuições das Unidades Administrativas e os prazos para a elaboração e consolidação das peças que comporão o Processo de Contas Anual - PCA e Gestão Fiscal, e demais controles do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, deverão ser executados conforme disposto nesta Instrução e Anexos I, II e III. (Nova redação dada pela Instrução n. 102/2022)

Art. 2º Os documentos e as informações deverão guardar conformidade com a legislação pertinente e cabe à Auditoria Interna (Audint) analisá-los e devolvê-los para regularização, caso estejam em desacordo.

Art. 2º As unidades administrativas são responsáveis pela conformidade, exatidão e suficiência das informações e documentos que gerenciam, devendo ser corrigidas dentro dos prazos previstos nesta instrução, sem que comprometam a etapa e os prazos seguintes do PCA e Gestão Fiscal. (Nova redação dada pela Instrução n. 102/2022)

Parágrafo único. A inexatidão, insuficiência ou a não conformidade das informações e documentos apresentados, poderão ser objeto de constatação de auditoria, por meio da elaboração do Quadro de Resultados com Achados Preliminares, no qual será concedido prazo para manifestação e as correções pertinentes, quando for o caso. (Acrescentado pela Instrução n. 102/2022)

Art. 3º Eventuais dúvidas para a execução do objeto desta Instrução serão deliberadas pelos gestores das unidades envolvidas e registradas por meio de Ata de Reunião, para cada exercício financeiro.

Art. 4º Fica revogada a Instrução n. 002/2009-PR.

Art. 5º Esta Instrução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por PAULO KIYOCHI MORI, Presidente do Tribunal de Justiça, em 21/01/2020, às 21:52 (horário de Rondônia), conforme art. 6°, § 1°, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <a href="https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei">https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei</a>, informando o código verificador 1568069 e o código CRC 57246047.



## INSTRUÇÃO N. 046/2020-PR ANEXO I

Alterado pela Instrução n. 095/2022-TJRO

PERIODICIDADE BIMESTRAL (ÚLTIMOS 180 DIAS DO MANDATO DO PRESIDENTE.)	
AUDITORIA DE PESSOAL E CONTRATAÇÃO AUDIPEC/AUDINT	ATRIBUIÇÕES:  1. Elaborar orientação às unidades administrativas acerca da prática de atos que resultem em aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias do final de mandato.
	PRAZO: Enviar à Presidência e às unidades administrativas:  2º Bimestre: Até o dia 30/04.
DEPARTAMENTO DE PESSOAL E POLÍTICA SALARIAL - DPPS/SGP	ATRIBUIÇÕES:  1. solicitar informações ao Iperon, relativas aos pagamentos de pensionistas de servidores deste Poder Judiciário, juntamente com a relação nominal;  2. verificar se a relação nominal dos servidores instituidores, constante na base cadastral do Iperon, confere com a relação de servidores inativos e pensionistas constantes na base de dados deste Poder;  3. verificar a existência de Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente (regime de competência), para fins de inclusão no Relatório de Gestão Fiscal - RGF.  PRAZO:  Enviar à Dicont: 3º bimestre: Até dia 10/07.

DIVISÃO DE CONTROLE DE FOLHA DE PAGAMENTO DE MAGISTRADOS - DOFPM	ATRIBUIÇÕES:  1. verificar a existência de Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente (regime de competência), para fins de inclusão no Relatório de Gestão Fiscal RGF.  PRAZO: Enviar à Dicont:
	3º bimestre: Até dia 10/07.
GOORDENADORIA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GOGESP/PRESIDÊN CIA	ATRIBUIÇÕES:  1. Solicitar à Sefin a informação dos valores liquidados por mês (Documento de liquidação - DL), referente às despesas com pagamento de precatório, conforme Ato Conjunto n.01/2020 Poder Judiciário - Poder Executivo RO.
	PRAZO: Enviar à Dicont:  3º bimestre: Até dia 10/07
DIVISÃO DE CONTABILIDADE DICONT/SOF	ATRIBUIÇÕES:  1. Elaborar o Demonstrativo Bimestral da despesa com pessoal e resumo da evolução dos índices mensais;  2. Elaborar memória de cálculo referente ao 3º Bimestre
	PRAZO: Enviar ao GABAUDINT, JSG, SGP, DECOM, GGOV:  3º bimestre: Até dia 13/07.
AUDITORIA DE GESTÃO - AUDIGES/ AUDINT	ATRIBUIÇÕES:  1. Analisar o Demonstrativo da despesa com pessoal e a memória de cálculo referente ao 3º Bimestre;  2. Elaborar relatório de Auditoria
	PRAZO: Enviar às unidades administrativas até o dia 25/07.

# INSTRUÇÃO N. 046/2020-PR ANEXO II

Alterado pela Instrução n. 095/2022-TJRO

#### **PERIODICIDADE QUADRIMESTRAL**

#### DEPARTAMENTO DE PESSOAL E POLÍTICA SALARIAL -DPPS/SGP

#### **ATRIBUIÇÕES:**

- 1. Solicitar por meio de ofício, informações ao Iperon, relativas aos pagamentos de pensionistas de servidores deste Poder Judiciário, juntamente com a relação nominal;
- 2. Verificar se a relação nominal dos servidores instituidores, constante na base cadastral do Iperon, confere com a relação de servidores inativos e pensionistas constantes na base de dados deste Poder:
- 3. Verificar a existência de Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente (regime de competência), para fins de inclusão no Relatório de Cestão Fiscal RCF.

#### PRAZO: Enviar à Dicont:

1º quadrimestre Até dia 10/01;

2º quadrimestre Até dia 10/05;

3º quadrimestre Até dia 10/09.

# DIVISÃO DE CONTROLE DE FOLHA DE PAGAMENTO DE MAGISTRADOSDCFPM

#### **ATRIBUIÇÕES:**

1. Verificar a existência de Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente (regime de competência), para fins de inclusão no Relatório de Gestão Fiscal - RGF:

#### PRAZO: Enviar à Dicont:

1º quadrimestre Até dia 10/01;

2º quadrimestre Até dia 10/05;

3º quadrimestre Até dia 10/09

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PRECATÓRIOS - COGESP	ATRIBUIÇÕES:  1. Solicitar à Sefin a informação dos valores liquidados por mês (Documento de liquidação - DL), referente às despesas com pagamento de precatório, conforme Ato Conjunto n.01/2020 Poder Judiciário Poder Executivo -RO.
	PRAZO: Enviar à Dicont:  1º quadrimestre Até dia 10/01;  2º quadrimestre Até dia 10/05;  3º quadrimestre Até dia 10/09.
DIVISÃO DE CONTABILIDADE - DICONT/SOF	ATRIBUIÇÕES:  1. Elaborar Relatório de Gestão Fiscal (art. 54 e 55 da LC n. 101/2000 - LRF).
	PRAZO: Enviar à Audint até o dia 13 após o encerramento do quadrimestre.
AUDITORIA DE GESTÃO - AUDIGES/AUDINT	ATRIBUIÇÕES:  1. Realizar testes de auditoria e elaborar quadro de resultados com achados preliminares.
	PRAZO: Enviar para manifestação das unidades auditadas até o dia 21, após o encerramento do quadrimestre.
UNIDADES AUDITADAS: SGP, DECOM, SOF.	ATRIBUIÇÕES:  1. Manifestar acerca das situações apresentadas nos achados preliminares de auditoria e promover as correções cabíveis;  2. Retificar o Relatório de Gestão Fiscal.
	PRAZO: Enviar à Audiges e à Dicont, até o dia 23 após o encerramento do quadrimestre.



AUDITORIA DE GESTÃO - AUDIGES/AUDINT	ATRIBUIÇÕES:  1. Elaborar relatório de auditoria
	PRAZO: Enviar à Dicont/SOF até o dia 24, após o encerramento do quadrimestre.
DIVISÃO DE CONTABILIDADE -	ATRIBUIÇÕES:
DICONT	1. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal (art. 54 e 55 da LC n. 101/2000 - LRF) para assinatura do Presidente do Tribunal de Justiça; Secretário de Orçamento e Finanças; Diretor do Departamento de Finanças e Contabilidade; Auditor Chefe; e Diretor da Divisão de Contabilidade.
	2. Disponibilizar a minuta de ofício de encaminhamento ao TCE-RO, para assinatura do Presidente do Tribunal de Justiça;
	3. Promover a publicação do Relatório de Gestão Fiscal no Diário da Justiça Eletrônico;
	4. Disponibilizar o Relatório de Gestão Fiscal no Portal da Transparência deste Poder;
	5. Transmitir o Relatório de Gestão Fiscal no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro);
	6. Transmitir ou enviar o Relatório de Gestão Fiscal e Relatório de Auditoria ao TCE-RO, por meio do portal do cidadão ou outro meio conforme orientação do TCE-RO.
	7. Anexar no processo Sei, os recibos de entrega dos relatórios fiscais.

PRAZO: Até o dia 30 após o encerramento do quadrimestre.



INSTRUÇÃO N. 046/2020-PR
ANEXO III

Acrescentado pela Instrução n. 102/2022-TJRO

#### **PERIODICIDADE ANUAL**

# RESPONSÁVEL: COMISSÃO INVENTARIANTE

#### **ATRIBUIÇÕES:**

- 1. Realizar o Inventário físico-financeiro dos bens móveis, imóveis e intangíveis do Tribunal de Justiça e FUJU (Anexo TC 15) (alínea "e", "f" inc. III art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCE-RO), contendo as seguintes informações/documentos:
  - Justificativas/manifestações dos responsáveis por bens não localizados (servidores e magistrados);
  - Relação de todos os bens patrimoniais que não apresentam a etiqueta de tombamento ou que estão danificadas;
  - Relação das salas que estão com os nomes dos responsáveis desatualizados;
  - Relação dos Bens Inventariados que estão fora do local apresentado no sistema patrimonial (não alocados).

**PRAZO:** Enviar à Divisão de Contabilidade - Dicont e Divisão de Gestão de Bens - DGB até 2 de Janeiro do exercício financeiro da prestação de contas.



RESPONSÁVEL: GABSOF	ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):
	1. Instruir processo Sei referente ao processo de contas anual das Unidades Orçamentárias TJ e FUJU.
	2. Elaborar comunicação interna para as unidades administrativas acerca do início do processo de conta anual, destacando os prazos para juntada das informações/documentos.
	PRAZO: Até 13 de janeiro do exercício subsequente.
RESPONSÁVEL:	ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):
GGOV/SGP/SOF/STIC/SA/ DECOM/EMERON/SCGJ	1. Relatório que evidencie os resultados atinente ao exercício anterior, contendo os seguintes temas, no que couber:
	<ul> <li>Gestão Orçamentária - Resultados dos Programas e Ações</li> <li>Orçamentárias, evidenciando o grau de execução das metas e justificativas para objetivos ou metas não atingidas;</li> </ul>
	● Inovação;
	◆ Sustentabilidade;
	• Infraestrutura;
	◆ Transparência; e
	Outros temas necessários.
	PRAZO: : Enviar para o GGOV até 20 de janeiro do exercício subsequente.



-

#### **RESPONSÁVEL: DICONT/SOF**

#### **ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):**

- 1. Anexar no processo de contas os seguintes demonstrativos previstos na Lei n. 4.320/64 referentes ao Tribunal de Justiça e FUJU, sendo:
  - Anexo 1 Demonstração da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;
  - ◆ Anexo 6 Programa de Trabalho;
  - ◆ Anexo 7 Programa de Trabalho de Governo Demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades (Port. n. 42, de 14/4/99, do Ministério de Orçamento e Gestão);
  - Anexo 8 Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos (Port. n. 42, de 14/4/99, do Ministério de Orçamento e Gestão);
  - Anexo 9 Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
  - Anexo 10 Comparativo da receita orçada com a arrecadada;
  - Anexo 11 Comparativo da despesa autorizada com a realizada.

PRAZO: Enviar para o GABSOF até 9 de fevereiro do exercício subsequente



\_

#### **RESPONSÁVEL: DICONT/SOF**

#### ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):

- 1. Elaborar as seguintes demonstrações contábeis e publicar no DJE:
  - ◆ Balanço Orçamentário (Anexo 12);
  - Balanço Financeiro (Anexo 13);
  - Balanço Patrimonial (Anexo 14);
  - Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Anexo 15);
  - Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis;
  - Demonstração da Dívida Fundada Interna (Anexo 16);
  - Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17);
  - Demonstrativo das Contas Componentes do Ativo Financeiro Realizável (Anexo TC-22);
  - Demonstrativo Sintético das Contas Componentes do Ativo Permanente (Anexo TC-23);
  - Demonstrativo da Conta Valores Inscritos no Ativo Permanente (Anexo TC-24);
  - Demonstração do Fluxo de Caixa;
  - Demonstrativo Sintético do Estoque/Almoxarifado;
  - Relação de suprimentos de fundos e diárias (TC-09).
- 2. Analisar o relatório de Inventário físico financeiro dos bens em estoque (almoxarifado), móveis, imóveis e intangíveis.

PRAZO: 1. Publicar demonstrações contábeis no DJE até o dia 31 de Janeiro do exercício subsequente, quando couber. 2. Enviar o processo de inventário para o GABSOF até 9 de fevereiro do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: DEXOR/SOF** ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): 1. Elaborar a relação de restos a pagar não processados (TC 10-B), conforme disposto na Alínea "j", inc. III, art. 7º, da Instrução Normativa n. 013/2004-TCE-RO). 2. Encaminhar a Relação de Empenhos Anulados. PRAZO: Enviar à Dicont até o dia 25 de janeiro, e esta enviará ao GABSOF até 9 de fevereiro do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: DIF/DFC/SOF** ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): 1. Elaborar a relação de restos a pagar processados (Anexo TC10-A), conforme disposto na Alínea "j", inc. III, art. 7º, da Instrução Normativa n. 013/2004-TCE-RO. 2. Elaborar Demonstrativo da Conta Banco – Dezembro – (Anexo TC 02); 3. Realizar Conciliação das contas bancárias (Anexo TC 03), conforme extratos bancários das contas existentes, em 31 (trinta e um) de dezembro do exercício <del>de competência.</del> PRAZO: Enviar à Dicont até o dia 25 de janeiro, e esta enviará ao GABSOF até 9 de fevereiro do exercício subsequente:



ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):

1. Elaborar o rol de contratos, licitações, justificativa de dispensa ou inexigibilidade (TC-06).

PRAZO: Enviar ao GABSOF até 9 de fevereiro do exercício subsequente.

ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça):

- 1. Publicar no Diário da Justiça, a Relação Nominal dos Servidores Ativos e Inativos ao final do exercício, conforme disposto no art. 13 da CE/89 e alínea "c", inc. III, do art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCE-RO.
- 2. Publicar no Diário da Justiça a Tabela de Cargos de servidores (as) efetivos e comissionados Integrantes do Quadro Geral de Pessoal do Poder Judiciário, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis, não estáveis e de cargos vagos, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 3. Preencher o Anexo TC 28, discriminando a qualificação dos responsáveis, conforme disposto na alínea "b", inc. III, do art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004 TCE RO;

PRAZO: Enviar para o GABSOF até 9 de Fevereiro do exercício subsequente.

\_



•	
RESPONSÁVEL: DECOM	ATRIBUIÇÕES:
	1. Preencher o Anexo TC 28, discriminando a qualificação dos responsáveis, conforme disposto na Alínea "b", inc. III, do art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004- TCE-RO;
	2. Publicar no Diário da Justiça a Tabela de Cargos de Magistrados (as) do PJRO, conforme artigo 99 da Constituição Federal e 75 da Constituição Estadual.
	3. Publicar no Diário da Justiça a Lista de Antiguidade dos Magistrados (as) do Estado de Rondônia, apurada até 31 de dezembro do ano subsequente, nos termos do art. 164, parágrafo único, do Regimento Interno deste Poder.
	4. Publicar no Diário da Justiça, a Relação Nominal dos Magistrados Ativos e Inativos ao final do exercício, conforme disposto no art. 13 da CE/89 e alínea "c", inc. III, do art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCE-RO.
	PRAZO: Enviar para o GABSOF até 9 de Fevereiro do exercício subsequente
RESPONSÁVEL: CMI/GGOV	ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):
	1. Anexar cópia da Lei Orgânica e suas alterações, bem como as principais normas que regem o órgão (inc. IV, art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCE-RO).

PRAZO: Enviar ao GABSOF até 9 de fevereiro do exercício subsequente.



#### **RESPONSÁVEL: DEAR/SOF**

#### ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça):

- 1. Elaborar relatório circunstanciado acerca da arrecadação e aplicação dos recursos provenientes de aplicação de penas e medidas alternativas de prestação pecuniária, conforme o Acórdão APL-TC 00276/2017-TCE-RO, Processo 00916/17- TCE-RO c/c Provimento Conjunto Nº 07/2017;
- 2. Elaborar Demonstrativo da Conta Banco Dezembro (Anexo TC 02);
- 3. Realizar Conciliação das contas bancárias (Anexo TC-03), conforme extratos bancários das contas existentes, em 31 (trinta e um) de dezembro do exercício de competência.

**PRAZO:** Enviar à Dicont até o dia 25 de janeiro, e esta enviará ao GABSOF até 9 de fevereiro do exercício subsequente.



**RESPONSÁVEL: GGOV ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):** 1. Elaborar Relatório de Gestão com as seguintes diretrizes: • Demonstrar a eficácia da execução das Leis do Plano Plurianual e Orçamentária Anual do exercício financeiro da prestação de contas, bem como as diretrizes estabelecidas pela LDO, em termos qualitativos e quantitativos, comparando com os últimos três exercícios financeiros. • Demonstrar o grau de execução das metas estratégicas, os resultados alcançados, as respectivas causas e justificativas para objetivos ou metas não atingidas. Apresentar as informações conforme a seguinte estrutura de relatório integrado: 1. Visão Geral, Organizacional e Ambiente Externo, 2. Riscos, Oportunidades e Perspectivas, 3. Governança, Estratégia e Desempenho, 4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.

subsequente.

PRAZO: Enviar para o GABSOF até 15 de fevereiro do exercício



**RESPONSÁVEL: ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): AUDIGES/AUDINFRA/AUDIPEC** 1. Elaborar planejamento da auditoria: • Avaliação Preliminar do Objeto Auditado. • Programa de auditoria. 2. Realizar testes de auditoria e Elaborar Quadro de Resultados com Achados Preliminares, se houver. PRAZO: Enviar o Quadro de Resultados com Achados Preliminares às unidades auditadas até 23 de fevereiro do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: UNIDADES AUDITADAS: ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):** GGOV/SGP/SOF/STIC/SA/ 1. Elaborar Manifestação acerca dos achados preliminares de **DECOM/EMERON/GABSCGJ** auditoria. PRAZO (7 dias úteis): Enviar ao GABAUDINT até 3 de março do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: GABAUDINT ATRIBUIÇÕES:** 1. Elaborar Relatório de Auditoria de Gestão, Parecer do Controle Interno e Certificado de Auditoria Interna acerca do Processo de Contas Anual do TJRO e FUJU (inciso III, art. 9º, LC 154/96). PRAZO: Enviar ao GABSOF até 14 de março do exercício subsequente.



**RESPONSÁVEL: GABSOF ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):** 1. Elaborar minuta do Pronunciamento Presidencial. PRAZO: Até 15 de Março do exercício subsequente. **ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):** RESPONSÁVEL: JSG/GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TJRO 1. Revisar e assinar Pronunciamento Presidencial, manifestando ciência das conclusões constantes no Relatório de Auditoria de Gestão, Parecer do Controle Interno e Certificado de Auditoria Interna acerca do Processo de Contas Anual do TJRO e FUJU (inciso III, art. 9º, LC 154/96). PRAZO: Enviar ao GABSOF até 15 de março do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: GABSOF** ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): 1. Encaminhar o Processo de Contas Anual ao Tribunal Pleno Administrativo para fins de apreciação das contas da Presidência, conforme art. 134, inciso XXV do RITJ-RO. PRAZO: Até 15 de Março do exercício subsequente.



**RESPONSÁVEL: GABSOF** ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): 1. Inserir todos os relatórios e documentos obrigatórios do Processo de Contas Anual no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - SIGAP. PRAZO: Até 23 de Março do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):** SA/SGP/GGOV/SOF/GABAUDINT 1. Elaborar apresentação ao Presidente acerca dos Principais Resultados da Avaliação das Contas e Recomendações de Auditoria. PRAZO: Até 23 de Março do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: GABAUDINT** ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): 1. Revisar os relatórios e documentos no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - SIGAP. PRAZO: Até 25 de Março do exercício subsequente.



**RESPONSÁVEL: GABSOF/GABINETE DA ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):** PRESIDÊNCIA DO TJRO 1. Inserir a Súmula e Ata de Julgamento do Tribunal Pleno Administrativo no Processo de Contas Anual. 2. Acompanhar o Presidente na etapa de homologação dos relatórios/documentos e transmissão da Prestação de Contas Anual, por meio do Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - SIGAP. PRAZO: Até 30 de Março do exercício subsequente. **ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): RESPONSÁVEL: GABAUDINT** 1. Elaborar apresentação às unidades administrativas acerca dos Principais Resultados da Avaliação das Contas e Recomendações de Auditoria. PRAZO: Apresentar até 3 de Abril do exercício subsequente. **RESPONSÁVEL: Unidades Auditadas: ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):** GGOV/SGP/SOF/STIC/SA/ **DECOM/EMERON/GABSCGJ** 1. Elaborar o Plano de Ação acerca das Recomendações do Relatório de Auditoria de Gestão. PRAZO: Apresentar o Plano de Ação no prazo de 30 dias úteis, a partir de 3 de Abril do exercício subsequente.



ATRIBUIÇÕES (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU):

1. Encaminhar o Plano de Ação do Relatório de Auditoria de Gestão ao TCE-RO.

PRAZO: Até 31 de Maio do exercício subsequente.



## **INSTRUÇÃO N. 046/2020-PR**

### **ANEXO I**

Alterado pela Instrução n. 095/2022-TJRO

	1.—— 2. PERIODICIDADE QUADRIMESTRAL
	DOCUMENTAÇÃO:  1. Relatório de Gestão Fiscal (art. 54 e 55 da LC n. 101/2000 - LRF) publicado e devidamente assinado pelo: Presidente do Tribunal de Justiça; Secretário de Orçamento e Finanças; Diretor do Departamento de Finanças e Contabilidade; Auditor Chefe; e Diretor da Divisão de Contabilidade.
DICONT/DFC/SOF	PRAZO: Enviar à Audint até o 15° (décimo quinto) dia após o encerramento do quadrimestre (1° jan/abr, 2° mai/ago ou 3° set/dez) para análise e emissão de manifestação técnica acerca do Relatório da Gestão Fiscal (RGF), que retornará à Dicont até o 24° (vigésimo quarto) dia após o encerramento do quadrimestre (1° jan/abr, 2° mai/ago ou 3° set/dez).
	PRAZO: Enviar à Presidência até o 25° (vigésimo quinto) dia após o encerramento do quadrimestre (1° jan/abr, 2° mai/ago ou 3° set/dez), para assinatura e posterior publicação no Diário da Justiça, no Portal da Transparência e no Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro) até o 30° (trigésimo) dia após o encerramento do quadrimestre.
	<del>DOCUMENTAÇÃO:</del>
	1. Relatório da unidade de Auditoria Interna das unidades orçamentárias do TJ e FUJU, contendo (alínea "b", inc. II, art. 7º, da Instrução Normativa n. 013/2004-TCER):
<del>AUDINT</del>	a) Descrição das falhas e/ou ilegalidades constatadas, acompanhada dos documentos probantes;
	b) Dispositivo legal infringido;
	c) Quantificação do dano causado ao erário, se for o caso;
	d) Recomendações e providências adotadas;
	e) Nome e Qualificação Funcional do Responsável (Anexo TC 28)
	PRAZO: Elaborar até 25 (vinte e cinco) dias após o encerramento do período de apuração.

INSTRUÇÃO N. 046/2020-PR ANEXO II

Alterado pela Instrução n. 095/2022-TJRO

3. 4. PERIODICIDADE ANUAL	
	DOCUMENTAÇÃO: Anexos 1, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 da Lei n. 4.320/64 referentes ao Tribunal de Justiça e FUJU, sendo:
	<ol> <li>Anexo 1 - Demonstração da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;</li> </ol>
	2. Anexo 6 - Programa de Trabalho;
	3. Anexo 7 - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de funções, subfunções e programas por projetos e atividades (Port. n. 42, de 14/4/99, do Ministério de Orçamento e Gestão);
	4. Anexo 8 - Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo com os recursos (Port. n. 42, de 14/4/99, do Ministério de Orçamento e Gestão);
	<ol> <li>Anexo 9 - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;</li> </ol>
	6. Anexo 10 - Comparativo da receita orçada com a arrecadada;
<u>GGO∀</u> -	7. Anexo 11 - Comparativo da despesa autorizada com a realizada; e
	8. Cópia da Lei Orgânica e suas alterações, bem como as principais normas que regem o órgão (inc. IV, art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004 TCER).
	PRAZO: Enviar para a Audint até 31 de janeiro do exercício subsequente.



•	
	DOCUMENTAÇÃO: RELATÓRIO DE GESTÃO - Documento elaborado com a finalidade de demonstrar os resultados alcançados da estratégia, governança, desempenho e perspectivas do PJRO no seu ambiente externo, que levam a geração de valor público em curto, médio e longo prazos, informando-no mínimo:  5. As atividades desenvolvidas e os resultados alcançados no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas nas Leis do Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual, e das ações efetivamente;
	<ul> <li>6. Os resultados alcançados e o valor público gerado ao fim do exercício, demonstrando como a estratégia, a governança e a alocação de recursos em programas, projetos e ações contribuíram para o alcance dos resultados;</li> <li>7. Apresentação de informações por segmento de modo a demonstrar a atuação das áreas que sejam relevantes para fornecer uma visão integrada das atividades do PJRO; e</li> <li>8. As justificativas para objetivos ou metas não atingidas.</li> </ul>
<del>GGOV</del>	PRAZO: Enviar à Audint até 20 de fevereiro do exercício subsequente.  DOCUMENTAÇÃO:  1. Resultado das metas físicas dos projetos, ações e programas acompanhadas de memória de cálculo, fonte de informação e justificativas do gestor, nos casos de não alcance das metas.
	PRAZO: Enviar à Audint até 01 de fevereiro do exercício subsequente.  DOCUMENTAÇÃO:  1. Relatório de cumprimento das metas estratégicas.
	PRAZO: Enviar à Audint até 10 de fevereiro do exercício subsequente.



<del>-</del>	
<del>SGP</del>	DOCUMENTAÇÃO:
	<ol> <li>Prova de publicação em Diário Oficial (Diário da Justiça) da relação nominal dos servidores ativos e inativos ao final do exercício (art. 13 da CE/89 e alínea "c", inc. III, do art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCER); e</li> </ol>
	2. Qualificação dos responsáveis (Anexo TC-28) (Alínea "b", inc. III, do art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCER).
	PRAZO: Enviar para a Audint até 31 de janeiro do exercício subsequente.
	DOCUMENTAÇÃO:
<del>DECOM</del>	1. Qualificação dos responsáveis (Anexo TC-28) (alínea "b", inc. III, do art. 7° da Instrução Normativa n. 013/2004 TCER).
	PRAZO: Enviar para a Audint até 31 de janeiro do exercício subsequente.



**DOCUMENTAÇÃO** (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU) Balanço Orçamentário (Anexo 12); Balanço Financeiro (Anexo 13); Balanço Patrimonial (Anexo 14); Demonstrativo das Variações Patrimoniais (Anexo 15); Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis; Demonstração da Dívida Fundada Interna (Anexo 16); Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17); Demonstrativo das Contas Componentes do Ativo Financeiro Realizável (Anexo TC-22); **DICONT/DFC/SOF** Demonstrativo Sintético das Contas Componentes do Ativo Permanente (Anexo TC-23): 10. Demonstrativo da Conta Valores Inscritos no Ativo Permanente (Anexo TC-24); 11. Demonstração do Fluxo de Caixa; e Demonstrativo Sintético do Estoque/Almoxarifado. Conciliação (Anexo TC-03) e extratos bancários de todas as contas existentes, em 31 (trinta e um) de dezembro do exercício de competência da prestação de contas. PRAZO: Enviar à Audint até 31 de janeiro do exercício subsequente. DOCUMENTAÇÃO (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU) 1. Relação de restos a pagar não processados (TC 10-B). (Alínea "j", inc. III, art. 7º, da Instrução Normativa n. 013/2004- TCER). **DEXOR/DFC/SOF** PRAZO: Enviar à Dicont até 25 de janeiro, e esta enviará para a Audint até 31 de janeiro do exercício subsequente. **DOCUMENTAÇÃO** (referente ao Tribunal de Justiça e FUJU): 1. Relação de restos a pagar processados (Anexo TC10-A), (Alínea "j", inc. III, art. 7°, da Instrução Normativa n. 013/2004- TCER). **DIF/DFC/SOF** 

\_



PRAZO: Enviar para a Dicont até 25 de janeiro, e esta enviará para a Audint até 31 de janeiro do exercício subsequente. **DOCUMENTAÇÃO** (referente ao Tribunal de Justiça): 1. Relatório circunstanciado dos recursos provenientes da aplicação de **DEAR/SOF** penas e medidas alternativas de prestação pecuniária. PRAZO: Enviar para a Audint até 20 de fevereiro do exercício subsequente. **DOCUMENTAÇÃO:** 1. Inventário físico-financeiro dos bens móveis do Tribunal de Justiça e FUJU (Anexo TC-15) (alínea "e", inc. III art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004 TCER); 2. Inventário físico-financeiro dos bens imóveis do Tribunal de Justiça e FUJU (Anexo TC-16) (Alínea "f", inc. III art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCER); e **COMISSÃO INVENTARIANTE** 3. Inventário do estoque em almoxarifado do Tribunal de Justiça e FUJU (Anexo TC-13) (Alínea "d", inc. III art. 7º da Instrução Normativa n. 013/2004-TCER). PRAZO: Enviar à Dicont até 31 de dezembro do ano subsequente, e esta enviará para a Audint até 15 de janeiro do exercício subsequente. **DOCUMENTAÇÃO:**  Relatório, Parecer e Certificado da Unidade de Auditoria Interna sobre o Processo de Contas Anual do TJRO e FUJU (inciso III, art. 9°, LC **AUDINT** <del>154/96).</del> PRAZO: Elaborar até 4 de março do exercício subsequente.

.

**DOCUMENTAÇÃO:** 1. Pronunciamento sobre as conclusões constantes no Relatório de Auditoria. Parecer e Certificado da Unidade de Auditoria Interna. **GABINETE DA** referente as unidades orçamentárias Tribunal de Justiça e FUJU (inc. PRESIDÊNCIA DO IV, art. 9° e art. 49 da Lei Complementar n. 154/96). **TJRO** PRAZO: Enviar para a Audint até 6 de março do exercício subsequente. **DOCUMENTAÇÃO:** 1. Incluir na pauta e apresentar os Processos de Contas Anual das **GABINETE DA** unidades orçamentárias Tribunal de Justiça e FUJU ao Tribunal Pleno PRESIDÊNCIA DO para conhecimento e exame (inc. XXV do Art. 134 do RITJ). **TJRO** PRAZO: Até 12 de março do exercício subsequente. **DOCUMENTAÇÃO:** 1. Consolidação do Processo de Prestação de Contas Anual das unidades orçamentárias Tribunal de Justiça e FUJU; e 2. Apresentar ao Gestor prestador de contas o Processo de Contas **GABINETE DA SOF** Anual das Unidades Orçamentárias Tribunal de Justiça e FUJU (alínea "a", art. 52 da CE/89). PRAZO: Consolidar até o dia 11 de março do ano subsequente. **DOCUMENTAÇÃO:** 1. O Diretor da Dicont será responsável por inserir todos os relatórios e documentos no Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - SIGAP: 2. O Auditor Chefe, pela revisão dos documentos; e **DICONT. AUDINT e PRESIDÊNCIA**  O Gestor pela homologação e envio ao TCE-RO. PRAZO: Após a última sessão do Pleno até 30 de março do exercício subsequente.

-